

STJ00106404

FABÍOLA ALBUQUERQUE LOBO
MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
RODOLFO PAMPLONA FILHO
Coordenadores

PAULO LUIZ NETTO LÔBO
Coordenação científica

BOA-FÉ E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

2ª edição revista e atualizada

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2017 Editora Fórum Ltda.
2019 2ª edição revista e atualizada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

B662 Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro/ Fabíola Albuquerque Lobo, Marcos Ehrhardt Júnior, Rodolfo Pamplona Filho (Coord.). 2. ed. rev. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

404p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0576-6

1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito do Consumidor.
I. Lobo, Fabíola Albuquerque. II. Ehrhardt Júnior, Marcos. III.
Pamplona Filho, Rodolfo. IV. Título.

CDD 342.1

CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LOBO, Fabíola Albuquerque; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). *Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 404p. ISBN 978-85-450-0576-6.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO.....	13

PARTE I

O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL
DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO BRASILEIROBOA-FÉ NO DIREITO CIVIL: DO PRINCÍPIO JURÍDICO AO
DEVER GERAL DE CONDUTA

Paulo Lôbo	17
1 Trajetória da afirmação da boa-fé no direito civil brasileiro	17
2 A boa-fé como princípio jurídico, e não cláusula geral ou conceito indeterminado.....	19
3 A incidência da boa-fé nos direitos das pessoas, dos negócios jurídicos, das famílias, das obrigações, dos contratos, das coisas e das sucessões	21
4 A boa-fé como dever geral de conduta.....	23
5 Deveres gerais de conduta de boa-fé antes e após a execução dos negócios jurídicos.....	26
6 Aplicações específicas da boa-fé	27
6.1 Dever de não agir contra o ato próprio	27
6.2 Boa-fé e dever de informar	29
Referências.....	32

DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Rodolfo Pamplona Filho	35
1 A boa-fé como um princípio jurídico.....	35
2 Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva	36
3 Compreendendo o princípio da boa-fé objetiva.....	39
4 Funções da boa-fé objetiva.....	41
4.1 Função interpretativa e de colmatação	41
4.2 Função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção...	42
4.2.1 Deveres de lealdade e confiança recíprocas	43
4.2.2 Dever de assistência.....	45
4.2.3 Dever de informação	45
4.2.4 Dever de sigilo ou confidencialidade.....	48
4.3 Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos.....	48
5 A boa-fé objetiva e o art. 422 do Código Civil brasileiro.....	49

6	Desdobramentos da boa-fé objetiva	54
6.1	<i>Venire contra factum proprium</i>	55
6.2	<i>Supressio</i>	57
6.3	<i>Surrectio</i>	58
6.4	<i>Tu quoque</i>	59
6.5	<i>Exceptio doli</i>	59
6.6	Inalegabilidade das nulidades formais	60
6.7	Desequilíbrio no exercício jurídico	61
6.8	Cláusula de <i>Stoppel</i>	61
	Referências	62

A BOA-FÉ COMO LIMITADORA DA AUTONOMIA PRIVADA NO EXERCÍCIO DA DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Maria Carla Moutinho Nery	65
1 Introdução	65
2 O princípio da boa-fé como limitador da autonomia privada..	66
2.1 O princípio da autonomia privada	67
2.2 A disponibilidade dos direitos da personalidade e a boa-fé	70
3 Conclusão	76
Referências	76

PARTE II

REFLEXOS DA BOA-FÉ NO CAMPO OBRIGACIONAL

INSUFICIÊNCIA DA TEORIA ECONÔMICA DO CONTRATO COMO INSTRUMENTO PARA DELIMITAÇÃO DO CONTEÚDO DA BOA-FÉ OBJETIVA

Geraldo Frazão de Aquino Jr.	81
1 Considerações iniciais	81
2 Racionalidade econômica no domínio contratual	82
3 Análise econômica do direito e o fenômeno jurídico	87
4 A análise econômica do direito e a boa-fé	96
5 Crítica à análise econômica do direito	98
6 Considerações finais	104
Referências	105

CONTRATOS EXISTENCIAIS, DE LUCRO E HÍBRIDOS ENTRE A TEORIA DA CAUSA OBJETIVA E A BOA-FÉ

Raphael Fraemam Braga Viana	107
1 Prolegômenos	107
2 A crise no modelo solidarista de contrato	108
3 Instabilidades na taxonomia da classificação contratual no direito privado	115

4	A ideia da operação econômica no direito contratual e a classificação de Antônio Junqueira de Azevedo	117
5	A importância da finalidade na celebração dos negócios jurídicos.....	120
6	A utilização das ferramentas da teoria da causa objetiva para determinar a finalidade do negócio jurídico.....	121
7	Considerações iniciais acerca da boa-fé objetiva.....	127
8	A boa-fé objetiva nos contratos existenciais	128
9	A boa-fé objetiva nos contratos de lucro	130
10	A boa-fé objetiva nos contratos híbridos.....	132
11	Considerações finais.....	134
	Referências.....	136

OS VÍCIOS DE DESCONFORMIDADE E O INADIMPLENTO CONTRATUAL DECORRENTE DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Fabiola Albuquerque Lobo, Cora Cristina Ramos Barros Costa	139
1 Introdução	139
2 O princípio da boa-fé e os deveres gerais de conduta	140
3 Princípio da informação no CDC.....	143
4 Espécies de responsabilidade civil no CDC e a teoria da qualidade.....	146
5 Responsabilidade por vícios de desconformidade.....	147
6 Exemplos de julgados sobre vício de desconformidade	149
7 Conclusão	154
Referências.....	155

REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO PELA VIOLAÇÃO DA BOA-FÉ POR PARTE DA VÍTIMA

Everilda Brandão Guilhermino.....	157
1 Da responsabilidade civil ao direito de danos.....	157
2 A boa-fé como dever jurídico na mitigação de danos.....	160
3 A funcionalização da responsabilidade civil	162
4 O abuso de direito pela vítima de danos e a redução do <i>quantum debeatur</i>	165
Referências.....	171

PARTE III BOA-FÉ E SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES

A VULGARIZAÇÃO NA UTILIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E A SUBJETIVAÇÃO DO DIREITO CIVIL: UM RECORTE SOBRE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO DIREITO DE FAMÍLIA Dimitre Braga Soares de Carvalho.....	175
---	------------

1	Introdução	175
2	Do desvirtuamento da utilização dos princípios no direito de família	176
3	A configuração do princípio da boa-fé no direito de família: aspectos materiais e processuais	182
4	A vulgarização da utilização do princípio da boa-fé e o decisionismo judicial no direito de família.....	186
5	A convivência (nem sempre pacífica) do objetivismo da norma codificada e o subjetivismo da interpretação dos magistrados: a versão brasileira	188
6	Conclusão	192
	Referências.....	192

A PLASTICIDADE DA BOA-FÉ NO CONCUBINATO

Luciana Brasileiro	195
Referências.....	203

FILIAÇÃO: NATUREZA JURÍDICA, AUTONOMIA E BOA-FÉ

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira	205
1 A natureza jurídica da filiação no sistema jurídico brasileiro...	205
2 Princípios constitucionais incidentes	210
3 Autonomia da vontade, autonomia privada, autonomia existencial/autodeterminação e as dimensões do planejamento familiar.....	221
4 Boa-fé subjetiva e a boa – fé objetiva nas relações parentais	225
5 Conclusão	228
Referências.....	229

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO RECONHECIMENTO DOS FILHOS E A OMISSÃO DA VERDADE BIOLÓGICA

Camila Buarque Cabral, Karina Barbosa Franco	231
1 Introdução	231
2 A boa-fé objetiva no direito de família	232
3 A boa-fé objetiva no reconhecimento dos filhos	237
3.1 A boa-fé objetiva e a tutela da confiança: proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>) ..	238
3.2 A boa-fé e a omissão da paternidade biológica	241
3.3 O abuso de direito por violação à boa-fé objetiva e o dever de indenizar	245
4 Análise dos julgados do STJ.....	248
5 Conclusão	251
Referências.....	252

A APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL EM MATÉRIA DE DÍVIDA ALIMENTAR E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Edmilson Cruz Júnior	255
1 Introdução	255
2 A prestação alimentar.....	256
2.1 Definição	256
2.2 Prisão civil	258
2.3 A ação de execução de alimentos.....	260
2.4 A prisão civil diante do pagamento parcial	262
3 O princípio da boa-fé e a teoria do adimplemento substancial	263
3.1 A teoria do adimplemento substancial no STJ.....	264
3.2 A aplicação da teoria do adimplemento substancial na execução de alimentos	268
3.3 O adimplemento substancial e a prisão civil	269
4 Um critério de segurança jurídica.....	273
Referências.....	276

REFLEXÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA EM MATÉRIA DE INDIGNIDADE SUCESSÓRIA

Patrícia Ferreira Rocha	279
1 Introdução	279
2 A delimitação do conceito de boa-fé objetiva	280
3 Direito das sucessões	282
4 A indignidade sucessória.....	284
5 Aplicação do princípio da boa-fé objetiva à indignidade sucessória	290
6 Conclusão	295
Referências.....	296

PARTE IV

DIÁLOGOS DA BOA-FÉ COM MICROSSISTEMAS: A EXPANSÃO DE SUA UTILIZAÇÃO

A BOA-FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: INFORMAÇÃO E DEFESA DO CONTRATANTE VULNERÁVEL NAS SITUAÇÕES DE SUPERENDIVIDAMENTO

Gustavo Henrique Baptista Andrade	301
1 Introdução	301
2 Direito civil e direito do consumidor: uma interlocução necessária.....	304
3 Princípios liberais e sociais do contrato	307
4 A boa-fé nas relações de consumo.....	314
5 Dever geral de informação	315

6	A boa-fé nas situações de superendividamento do consumidor	320
7	Síntese conclusiva	322
	Referências.....	323

A BOA-FÉ E SUA REPERCUSSÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL NOS CONTRATOS DE SEGUROS INTEREMPRESARIAIS

Danilo Rafael da Silva Mergulhão, José Cláudio Oliveira

Mergulhão Júnior	327
1 Os contratos de seguro e a boa-fé	327
2 Função social dos contratos de seguro	330
3 A aplicação do adimplemento substancial nos contratos de seguro pelos tribunais brasileiros com fundamento na boa-fé objetiva	336
4 Conclusões.....	342
Referências.....	345

CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL

José Barros Correia Júnior, Paula Falcão Albuquerque..... 349

1 Introdução	349
2 Recuperação judicial e a convolação em falência por descumprimento do plano	351
3 A teoria do adimplemento substancial.....	355
4 O descumprimento do plano de recuperação judicial e a teoria do adimplemento substancial como meio de obstaculizar a convolação em falência.....	360
5 Considerações finais.....	366
Referências.....	368

BOA-FÉ OBJETIVA OU PROTEÇÃO À CONFIANÇA? QUAL PRINCÍPIO APLICAR NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O PARTICULAR TUTELADAS PELO DIREITO ADMINISTRATIVO

Danilo Moura Lacerda, Marcos Ehrhardt Júnior

1 Introdução	371
2 As funções da boa-fé objetiva e seu efeito expansivo	373
3 O princípio da proteção da confiança legítima.....	380
4 Cotejo entre posições doutrinárias divergentes	386
5 Hipóteses de aplicabilidade da boa-fé objetiva à administração pública	391
6 Conclusão	397
Referências.....	398

SOBRE OS AUTORES.....	401
-----------------------	-----